

RIO PARANAPANEMA PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2020 e 2019 e relatórios
dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Participações S.A. e da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Rio Paranapanema Participações S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

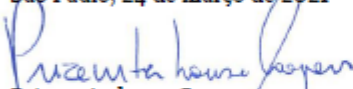


Rio Paranapanema Participações S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Desafinado by:

Valdir Renato Coscodai

Signatory: VALDIR RENATO COSCODAI/0018870871
CPF: 014.957.927-1
Expiry Date: 24 March 2021 | 11:48 AM

ICP

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

Sumário

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	15
1. INFORMAÇÕES GERAIS	15
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	23
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	24
5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS.....	28
6. CLIENTES.....	29
7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDOS	31
8. DEPÓSITOS JUDICIAIS	33
9. INVESTIMENTOS	34
10. DIVIDENDOS A RECEBER.....	35
11. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	35
12. IMOBILIZADO.....	35
13. INTANGÍVEL.....	38
14. FORNECEDORES	42
15. ENCARGOS SETORIAIS	43
16. DEBÊNTURES.....	44
17. PROVISÕES PARA RISCOS	46
18. DIVIDENDOS A PAGAR	51
19. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	52
20. OPERAÇÕES DE TRADING.....	52
21. PARTES RELACIONADAS.....	53
22. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	54
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	60
25. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	62
26. RESULTADO FINANCEIRO	63
27. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63
28. LUCRO POR AÇÃO	65
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	65
30. SEGUROS	68
31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	68
32. COMPROMISSOS	68
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	68
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	70

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais indicadores

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	1.695.213	1.554.177	9,1
Outras receitas	400	290	37,9
(-) Deduções à receita operacional	(190.423)	(171.987)	10,7
Receita operacional líquida	1.505.190	1.382.480	8,9
(-) Custos e despesas operacionais	(121.070)	(925.399)	-86,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.384.120	457.081	202,8
Ebitda	1.604.001	679.253	136,1
Margem Ebitda - %	106,6%	49,1%	57,5 p.p.
Resultado financeiro	(389.131)	(128.881)	201,9
Resultado antes dos impostos	994.989	328.200	203,2
Lucro líquido do exercício	696.813	226.454	207,7
Margem líquida - %	46,3%	16,4%	29,9 p.p.
Sócios controladores	670.080	217.067	208,7
Sócios não controladores	26.733	9.387	184,8
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Sócios controladores	532.263	532.263	-
Sócios não controladores	266.092	266.092	-
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,87281	0,28365	207,7

Num ano totalmente atípico, a Companhia e suas controladas conseguiram entregar um resultado operacional positivo e sofreram, também, os impactos do cenário macroeconômico instável, que refletiu no resultado financeiro.

Um grande destaque do ano foi a evolução das discussões em torno da liminar do *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF), com a promulgação da lei 14.052 e posterior regulamentação Aneel nº 895/2020 e, partir disso o reconhecimento de um ativo intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos “não hidrológicos” que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse ativo intangível foi um lançamento de recuperação de custo no valor de R\$ 849,2 milhões conforme a demonstração do resultado do exercício.

Outro fator de destaque no ano de 2020 foi a reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos lançada no passado na Controlada indireta Sapucaí Mirim. Essa reversão, no montante de R\$ 43,5 milhões, deu-se em virtude da melhora nas projeções no teste anual de recuperabilidade na controlada.

O ano de 2020 também foi marcado pela reativação da controlada CTG Trading, que teve seus registros junto a Aneel e CCEE reativados no segundo semestre de 2020, e que retomou as atividades a partir do mês de novembro/20 com os registros dos primeiros resultados dos contratos estabelecidos.

Receita

O grupo apresentou um aumento de 8,9% ou R\$ 122,7 milhões na receita operacional líquida, principalmente em razão dos reajustes anuais dos contratos vigentes e de um maior volume liquidado no mercado de curto prazo em relação ao exercício de 2019 devido à estratégia assertiva de sazonalização da garantia física.

Custos do serviço de energia e despesas operacionais

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Pessoal	(76.531)	(75.767)	1,0
Material	(9.601)	(9.785)	(1,9)
Serviços de terceiros	(67.641)	(62.959)	7,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(6.718)	(6.749)	(0,5)
Energia comprada	(391.520)	(332.860)	17,6
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading	(32.478)	-	100,0
Encargos de uso da rede elétrica	(141.854)	(132.007)	7,5
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(33.396)	(38.859)	(14,1)
Depreciação e amortização	(219.881)	(222.172)	(1,0)
Provisões para riscos	(2.315)	(3.891)	(40,5)
Aluguéis	(1.684)	(2.232)	(24,6)
Seguros	(9.441)	(9.876)	(4,4)
Compartilhamento de despesas	(16.386)	(13.656)	20,0
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	43.483	-	100,0
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	-	100,0
Outros	(4.352)	(14.586)	(70,2)
	(121.070)	(925.399)	(86,9)

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 86,9% ou R\$ 804,3 milhões. Acerca desse desempenho, vale destacar:

- Extensão contrato de concessão GSF: o montante de R\$ 849,2 milhões foi reconhecido como recuperação de custos, como resultado da evolução das discussões em torno da liminar do *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF), com a promulgação da lei 14.052 e posterior regulamentação pela resolução Aneel nº 895/2020, com o reconhecimento de um ativo intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto na lei, corresponde à compensação dos impactos “não hidrológicos” que afetaram o GSF no passado (vide Nota Explicativa 13.3.5);
- Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos: R\$ 43,5 milhões em virtude da melhora nas projeções no teste anual de recuperabilidade na controlada indireta Rio Sapucaí Mirim;
- Energia comprada: aumento de R\$ 58,7 milhões no custo com compra de energia, principalmente em virtude de uma deterioração do cenário hidrológico no 4º trimestre do ano de 2020, além da reativação da CTG Trading;
- Perdas com as operações de trading: R\$ 32,5 milhões, em razão da prática contábil que prevê marcação a mercado para esse tipo de operação que é tratada como instrumento financeiro ao valor justo.

Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Lucro líquido do exercício	696.813	226.454	207,7
Imposto de renda e contribuição social	298.176	101.746	193,1
Resultado financeiro (líquido)	389.131	128.881	201,9
Depreciação e amortização	219.880	222.172	(1,0)
Ebitda	1.604.000	679.253	136,1
<i>Margem Ebitda</i>	<i>106,6%</i>	<i>49,1%</i>	<i>57,5 p.p</i>

O Ebtida ou Lajida, é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012 e é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia, acredita que o Ebtida fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebtida não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou aumento de R\$ 926,4 milhões, ou 135,2% em comparação ao exercício anterior, principalmente em razão dos impactos positivos não recorrentes do ano de 2020 mencionados anteriormente.

Resultado financeiro

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Receitas	172.583	82.195	110,0
Despesas	(561.714)	(211.076)	166,1
Resultado financeiro líquido	(389.131)	(128.881)	201,9

O resultado financeiro líquido apresentado em 2020 foi negativo em R\$ 389,1 milhões, representando uma piora R\$ 260,3 milhões comparativamente ao ano de 2019.

Em razão da pandemia, o cenário macroeconômico apresentou um comportamento bastante atípico e volátil no ano de 2020.

Houve aumento na despesa financeira principalmente devido à atualização pelo IGPM do passivo relativo às liminares mantidas pelas controladas Rio Paranapanema Energia e Sapucaí Mirim (GSF e Garantia Física), parcialmente compensada pelas receitas financeiras relativas à correção monetária sobre a inadimplência junto à CCEE.

Endividamento

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Debêntures	1.074.801	1.372.546	-21,7
Curto prazo	376.967	355.375	6,1
Longo prazo	697.834	1.017.171	-31,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.151.271)	(1.250.173)	-7,9
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(807)	(597)	35,2
Dívida líquida	(77.277)	121.776	-163,5

	Consolidado		
	2020	2019	Variação %
Debêntures 4ª emissão série 2	380.681	364.377	4,5
Debêntures 5ª emissão série 2	116.899	223.708	-47,7
Debêntures 7ª emissão série 1	-	224.259	-100
Debêntures 7ª emissão série 2	231.503	221.170	4,7
Debêntures 8ª emissão série 1	160.385	161.684	-0,8
Debêntures 8ª emissão série 2	185.333	177.348	4,5
	1.074.801	1.372.546	-21,7

A dívida líquida é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa, equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida, em comparação com 31 de dezembro de 2019, reduziu 163,5%, principalmente em função da redução no saldo das debêntures em virtude das amortizações efetuadas no exercício.

Outro fator relevante é que o grupo continua mantendo em sua posição de caixa, a reserva dos valores para pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF), que aconteceu no 1º trimestre de 2021.

Lucro líquido do exercício

De acordo com os fatores comentados anteriormente, com amplo destaque para os eventos não recorrentes relativos as questões envolvendo a judicialização do GSF e, também, para a reversão parcial da despesa de recuperabilidade do ativo da Controlada indireta Sapucaí Mirim, o grupo apresentou um lucro líquido no exercício de R\$ 701,9 milhões, representando um aumento de R\$ 455,5 milhões em comparação com o desempenho apresentado no ano de 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.719	120.705	1.151.271	1.250.173
Clientes	6	-	-	860.669	147.361
Tributos a recuperar	7	52	2.522	2.881	12.249
Dividendos	10	267.047	120.363	-	-
Juros sobre capital próprio (JSCP)	11	43.334	55.598	-	-
Serviços em curso		-	-	15.980	4.472
Despesas antecipadas		-	-	5.885	5.818
Operações de trading	20	-	-	26.931	-
Outros créditos		-	-	1.199	1.494
Total do ativo circulante		325.152	299.188	2.064.816	1.421.567
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	-	-	807	597
Clientes	6	-	-	-	1.035
Tributos a recuperar	7	-	-	2.246	2.226
Impostos diferidos	7.2	-	-	141.961	225.381
Depósitos judiciais	8	2.583	2.541	62.942	58.062
Despesas antecipadas		-	-	2.028	2.464
Operações de trading	20	-	-	7.156	-
		2.583	2.541	217.140	289.765
Investimentos	9	1.882.160	1.499.604	-	2
Imobilizado	12	-	-	2.674.688	2.807.869
Intangível	13	10.471	11.541	885.125	35.909
Total do ativo não circulante		1.895.214	1.513.686	3.776.953	3.133.545
Total do ativo		2.220.366	1.812.874	5.841.769	4.555.112

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	14	29	9	2.085.969	1.056.236
Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	18.117	16.740
Tributos a recolher	7	5.208	6.083	148.527	83.144
Encargos setoriais	15	-	-	25.438	10.684
Indenização socioambiental		-	-	-	890
Debêntures	16	-	-	376.967	355.375
Dividendos	18	34.391	156.698	46.210	162.913
Juros sobre capital próprio (JSCP)	19	-	-	1.954	2.331
Partes relacionadas	21	36	509	2.010	1.884
Receitas diferidas		-	-	4.373	15.378
Operações de trading	20	-	-	25.698	-
Outras obrigações		-	-	1.293	3.047
Total do passivo circulante		39.664	163.299	2.736.556	1.708.622
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	25.005	23.535
Encargos setoriais	15	-	-	9.399	15.216
Indenização socioambiental		-	-	15.088	11.462
Debêntures	16	-	-	697.834	1.017.171
Plano de aposentadoria	22	-	-	44.091	18.465
Provisões para riscos	17	-	-	43.177	38.670
Receitas diferidas		-	-	2.342	3.747
Operações de trading	20	-	-	6.780	-
Outras obrigações		-	-	7.957	9.767
Total do passivo não circulante		-	-	851.673	1.138.033
Total do passivo		39.664	163.299	3.588.229	2.846.655
Patrimônio líquido	23				
Capital social		798.355	798.355	798.355	798.355
Reserva de capital		(16.467)	(8.753)	(16.467)	(8.753)
Reserva de lucros		1.041.010	448.161	1.041.010	448.161
Ajuste de avaliação patrimonial		357.804	411.812	357.804	411.812
Total do patrimônio líquido		2.180.702	1.649.575	2.180.702	1.649.575
Participação não controladores		-	-	72.838	58.882
Patrimônio líquido consolidado		2.180.702	1.649.575	2.253.540	1.708.457
Total do passivo e patrimônio líquido		2.220.366	1.812.874	5.841.769	4.555.112

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	24	-	-	1.505.190	1.382.480
Custos operacionais					
Pessoal		-	-	(63.975)	(61.132)
Material		-	-	(9.298)	(9.628)
Serviços de terceiros		-	-	(40.712)	(40.447)
Energia comprada	25.1	-	-	(391.520)	(332.860)
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading		-	-	(32.478)	-
Depreciação e amortização		-	-	(214.835)	(217.828)
Encargos de uso da rede elétrica	25.2	-	-	(141.854)	(132.007)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		-	-	(33.396)	(38.859)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		-	-	(6.718)	(6.749)
Seguros		-	-	(9.441)	(9.876)
Aluguéis		-	-	(46)	(39)
Provisões para riscos		-	-	(2.347)	(2.508)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	13	-	-	849.245	-
Outros		-	-	(1.355)	(1.337)
		-	-	(98.730)	(853.270)
Resultado bruto		-	-	1.406.460	529.210
Despesas operacionais					
Pessoal		-	(316)	(12.556)	(14.635)
Material		-	-	(303)	(157)
Serviços de terceiros		(1.097)	(1.391)	(26.929)	(22.512)
Depreciação e amortização		(1.070)	(1.071)	(5.046)	(4.344)
Aluguéis		-	(33)	(1.638)	(2.193)
Provisões para riscos		-	-	32	(1.383)
Compartilhamento de despesas		(4.515)	(3.049)	(16.386)	(13.656)
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	12.5	-	-	43.483	-
Outras		(269)	(1.080)	(2.997)	(13.249)
		(6.951)	(6.940)	(22.340)	(72.129)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	688.198	237.117	-	-
		688.198	237.117	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		681.247	230.177	1.384.120	457.081
Resultado financeiro	26				
Receitas		3.968	7.967	172.583	82.195
Despesas		(4.902)	(6.424)	(561.714)	(211.076)
		(934)	1.543	(389.131)	(128.881)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		680.313	231.720	994.989	328.200
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		(10.233)	(14.653)	(200.878)	(151.752)
Diferido		-	-	(97.298)	50.006
		(10.233)	(14.653)	(298.176)	(101.746)
Lucro líquido do exercício		670.080	217.067	696.813	226.454
Atribuível a					
Sócios controladores		670.080	217.067	670.080	217.067
Sócios não controladores		-	-	26.733	9.387
		670.080	217.067	696.813	226.454
Lucro líquido básico e diluído por ação	28	0,83933	0,27189	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	670.080	217.067	696.813	226.454
Outros resultados abrangentes do exercício				
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(24.399)	(17.763)	(25.670)	(18.465)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	14.243	-	14.968	-
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	2.864	846	3.172	880
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(898)	(288)	(1.111)	(299)
	(8.190)	(17.205)	(8.641)	(17.884)
Resultado abrangente do exercício	661.890	199.862	688.172	208.570
Atribuível a				
Sócios controladores	661.890	199.862	661.890	199.862
Sócios não controladores	-	-	26.282	8.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	798.355	(8.753)	448.161	-	411.812	-	1.649.575	58.882	1.708.457
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	670.080	-	-	670.080	26.733	696.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	670.080	-	-	670.080	26.733	696.813
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	(24.399)	(24.399)	(1.271)	(25.670)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	14.243	14.243	725	14.968
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	6.068	-	(3.204)	2.864	308	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	263	-	(1.161)	(898)	(213)	(1.111)
Reclassificação reserva de lucros	-	-	(21.419)	-	-	21.419	-	-	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	(4.365)	4.365	-	-	-
	-	-	(21.419)	676.411	(4.365)	11.263	661.890	26.282	688.172
Ajuste investimento	-	-	-	(270)	-	-	(270)	270	-
Reversão de pagamento baseado em ação	-	(7.714)	-	6.059	-	-	(1.655)	-	(1.655)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	92.600	(92.600)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(31.694)	31.694	-	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	708.716	(708.716)	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(94.448)	-	(94.448)
Dividendos propostos	-	-	-	(34.390)	-	-	(34.390)	(10.577)	(44.967)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(2.019)	(2.019)
	-	(7.714)	614.268	(676.411)	(60.906)	-	(130.763)	(12.326)	(143.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	798.355	(16.467)	1.041.010	-	346.541	11.263	2.180.702	72.838	2.253.540

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	798.355	(8.753)	478.206	-	493.213	-	1.761.021	62.103	1.823.124
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	217.067	-	-	217.067	9.387	226.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	217.067	-	-	217.067	9.387	226.454
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	(17.763)	-	(17.763)	(702)	(18.465)
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	558	-	558	22	580
	-	-	217.067	(17.205)	-	-	199.862	8.707	208.569
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	97.267	(97.267)	-	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(33.071)	33.071	-	-	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(259.756)	-	-	-	(259.756)	-	(259.756)
Dividendos propostos	-	-	(51.552)	-	-	-	(51.552)	-	(51.552)
	-	-	(311.308)	-	-	-	(311.308)	-	(311.308)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(11.928)	(11.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	798.355	(8.753)	448.161	-	411.812	-	1.649.575	58.882	1.708.457

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		680.313	231.720	994.989	328.200
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		1.070	1.071	219.881	222.172
Perda na baixa do ativo imobilizado/intangível e obrigações especiais		-	-	(1.986)	6.163
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	12	-	-	(43.483)	-
Apropriação de juros sobre debêntures	26	-	-	65.418	88.045
Amortização de custos de transação sobre debêntures	16	-	-	1.581	1.956
Resultados não realizados em operações de trading	20	-	-	(1.609)	-
Variação monetária sobre debêntures	26	-	-	39.462	35.906
Variação monetária sobre provisão para riscos	26	-	-	1.694	2.325
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(42)	(84)	(2.612)	(4.819)
Variação monetária referente a liminar GSF	26	-	-	304.150	63.389
Variação monetária referente a indenização socioambiental	26	-	-	2.736	807
Variação monetária TUSD-g	22	-	-	2.693	5.492
Variação monetária P&D		-	-	335	809
Provisão para riscos	20	-	-	2.315	3.891
Recuperação do custo pela extensão do contrato de concessão	13	-	-	(849.245)	-
Equivalência patrimonial	9	(688.198)	(237.117)	-	-
		(687.170)	(236.130)	(258.670)	426.136
Variações nos ativos					
Clientes		-	-	(712.273)	57.380
Depósitos judiciais		-	-	(3.735)	-
Serviços em curso		-	-	(9.635)	(3.547)
Despesas antecipadas		-	-	369	309
Outras variações ativas		-	28	205	831
		-	28	(725.069)	54.973
Variações nos passivos					
Fornecedores		20	6	725.583	141.340
Salários, provisões e contribuições sociais		-	(726)	1.377	(3.363)
Impostos, taxas e contribuições		2.858	4.798	(3.222)	(31.297)
Receitas diferidas		-	-	(12.410)	(7.180)
Partes relacionadas		(473)	9	126	1.884
Provisão para riscos		-	-	(5.647)	(9.728)
Outras variações passivas		-	(21)	4.106	2.120
		2.405	4.066	709.913	93.776
Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas operações					
		(4.452)	(316)	721.163	903.085
Pagamento de juros sobre debêntures	16	-	-	(75.523)	(91.579)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	16	-	-	(28.691)	(26.140)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(3.850)	(4.256)	(122.925)	(142.484)
Caixa líquido (aplicado nas)/ gerado pelas atividades operacionais		(8.302)	(4.572)	494.024	642.882
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital	1.1	(22.500)	-	-	-
Recebimento na venda de imobilizado		-	-	4.296	386
Dividendos recebidos	10	120.363	231.757	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	11	55.598	60.503	-	-
Adições no ativo imobilizado e intangível		-	-	(39.227)	(53.460)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de investimentos		153.461	292.260	(34.931)	(53.074)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de debêntures	16	-	-	(299.992)	(159.675)
Pagamento de dividendos	18	(251.145)	(404.067)	(255.910)	(413.262)
Pagamento de juros sobre capital próprio	19	-	-	(2.093)	(2.380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(251.145)	(404.067)	(557.995)	(575.317)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(105.986)	(116.379)	(98.902)	14.491
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		120.705	237.084	1.250.173	1.235.682
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.719	120.705	1.151.271	1.250.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada em operação de sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. (“Rio Paranapanema”) é de 2.265,3 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II.

A capacidade instalada da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Sapucaí-Mirim”) é de 32,5 MW, composta pelas PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A Controlada CTG Brasil Trading Ltda reingressou, em outubro de 2020, no mercado de trading de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

Em 29 de julho de 2020 foi aprovado aumento de capital na Controlada CTG Brasil Trading, no montante de R\$ 22.500, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia. Assim, o capital social da Controlada, passa de R\$ 44.424 para R\$ 66.924.

As participações diretas e indiretas nas Controladas estão descritas a seguir (as Controladas, em conjunto, e a Companhia são denominadas Grupo ou Consolidado):

Empresas controladas	2020		2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	-	96,19%	-
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	-	99,99%	-
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	96,19%	0,01%	96,19%

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 671.740, principalmente em virtude das transferências para o passivo circulante dos saldos da 4ª emissão de debêntures série 2, 5ª emissão de debêntures série 2 e 7ª emissão de debêntures série 2, com amortizações previstas para julho, maio e agosto de 2021. Acerca do refinanciamento dessas amortizações e recomposição do endividamento, a Administração optou pela postergação de

captações para o exercício de 2021, em virtude das condições do mercado financeiro no ano de 2020 em meio a pandemia

Além disso, destaca-se, também, o impacto da atualização do passivo relativo a liminar do Fator de Ajuste da Garantia Física – *Generating Scaling Factor* (GSF) com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) que apresentou um comportamento totalmente atípico em 2020) somado à ajustes de correção monetária apresentados pela CCEE em virtude da proximidade da liquidação efetiva desse passivo. Ambos os fatores geraram uma atualização superior à remuneração financeira do caixa reservado e investido (cuja remuneração é atrelada ao depósito interfinanceiro - DI).

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que com captação de recursos efetuada no montante de R\$ 500 milhões em 28 de janeiro de 2021 (vide nota explicativa nº 33), mais os recursos decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais serão suficientes para as necessidades operacionais, considerando, inclusive, o desembolso de caixa em relação às liminares do GSF e Garantia física, bem como, o recebimento de valores liquidados na CCEE e que não foram efetivamente coletados devido à inadimplência do setor.

A respeito da liminar do GSF, a expectativa de desembolso é de R\$ 987.015 no consolidado. Esses valores consideram os passivos relativos à liminar e, também, a inadimplência no ambiente da CCEE gerada em função de todo o processo de judicialização do GSF que se instalou no ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

1.2. Concessão

a) Contrato de concessão

i. Controlada direta

Em 22 de setembro de 1999, a controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Controlada direta								
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Taquarucu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.265,3	1.064,5		

b) Resoluções autorizativas

ii. Controlada indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital.

Controlada indireta								
Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 2015, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos no que tange: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e redução da carga das distribuidoras.

A liminar concedida limitou a exposição da Controlada e de outros geradores ao GSF em 100%, sendo parcialmente revogada em outubro de 2018 - decisão que manteve em suspenso o pagamento dos valores de GSF retidos nas liquidações financeiras da CCEE entre o período maio de 2015 a janeiro de 2018, mas que retirou a proteção de suspensão de pagamentos de GSF a partir de fevereiro de

2018. Os valores em discussão anteriores a fevereiro de 2018 estão contabilizados na conta de fornecedores conforme nota explicativa 14.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão contida na Lei 14.052/2020, os agentes terão de renunciar à disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação.

No início de setembro a Aneel divulgou resultado prévio do ressarcimento devido aos geradores, com base na primeira minuta de Resolução Normativa. Já em dezembro, a Aneel divulgou o resultado da Consulta Pública (CP) 056/20 - Resolução Normativa nº 895/2020, com a metodologia de cálculo da compensação devida aos agentes geradores participantes do MRE atualizada após a consideração das contribuições.

Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, os agentes automaticamente também deverão quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE.

Atualmente, a CCEE está trabalhando nos cálculos de extensão dos agentes elegíveis.

Em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia a aderir ao acordo com a Aneel e desistir das ações judiciais necessárias para sua celebração, confiando aos diretores e representantes, tomarem as providências cabíveis. Dentro da melhor estimativa disponível na data que, segundo levantamentos, soma o montante de R\$ 849.245 (R\$ 838.918 para a Rio Paranapanema Energia S.A e R\$ 10.328 para a Rio Sapucaí Mirim). Para mais detalhes vide nota explicativa nº 13 que trata do reconhecimento desse direito de extensão do prazo de concessão no ativo intangível e a nota explicativa nº 14, que demonstra os valores provisionados referentes à liminar do GSF.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Desta forma, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia S.A em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Rio Paranapanema Energia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria nº 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Rio Paranapanema obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria nº 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de

2018, o Grupo obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 183/1998. Porém, em 10 de abril de 2019, foi publicada sentença que anula os pedidos referentes à liminar obtida para as usinas Canoas I e Canoas II.

Em 24 de junho de 2019, com a publicação do Despacho Aneel nº 1.733, houve o incremento de 1,9 MWm da garantia física da UHE Capivara, devido à homologação dos novos parâmetros de potência instalada e rendimento nominal da turbina da Unidade Geradora nº 2, resultado da conclusão do processo de repotenciação desta unidade. Como resultado da revisão extraordinária, a nova garantia física total da UHE Capivara passou a ser de 329,1 MWm (anteriormente 327,2 MWm), conforme estabelecido na Portaria nº 178/2017.

Em 30 de setembro de 2019 foi publicada sentença de primeiro grau julgando improcedente o pedido da inicial, da qual se apelou, obtendo-se, em 18 de dezembro de 2019, deferimento do pedido cautelar de antecipação de tutela recursal para suspender os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 no ponto em que reduziu o valor das garantias físicas das Usinas Hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

No mês de setembro de 2019 foram abertas duas Consultas Públicas do MME – nº 82, com prazo de contribuições entre 05 a 20 de setembro – que lançou minuta de Portaria com o objetivo de propor novos Valores de Referência de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) de Usinas Hidrelétricas e a Consulta Pública nº 85, com o objetivo de obter contribuições dos agentes do setor elétrico acerca da proposta de medidas de curto prazo, bem como cronograma de execução, voltadas à realização da revisão das garantias físicas de energia de usinas despachadas centralizadamente. A CTG trabalhou para o envio de contribuições técnicas, em conjunto com associações de classe e individualmente, no âmbito desta Consulta.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar a Rio Paranapanema no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/17.

O quadro da nota explicativa nº 1.2 demonstra a atual posição das garantias físicas e a nota explicativa nº 14, que demonstra os valores provisionados referentes à essa discussão.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A Medida Provisória nº 998 publicada em setembro de 2020 foi aprovada em forma de lei de conversão pela Câmara dos Deputados em 17 de dezembro. Com o recesso parlamentar, a expectativa é que ela seja votada pelo Senado próximo ao seu prazo de validade, que é dia 09 de fevereiro de 2021. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética para a Conta de Desenvolvimento (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados.

A implantação do Preço de Energia Horário ocorreu em duas fases: A primeira etapa da implantação ocorreu em 2020 na programação e operação do Operador Nacional do Sistema (ONS) para realizar a programação de operação do sistema, enquanto apenas em 2021 foi implantado o PLD Horário pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na contabilização do Mercado de Curto Prazo.

O Projeto de Lei 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PLS 232 como o encerramento dos subsídios para novos

empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MP 998/2020 – convertida em Lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

1.6. COVID – 19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

O Grupo se organizou para proteger seus colaboradores e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Montou Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões e protocolou na Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centro de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – COVID 19, entre outras ações.

Para suas atividades administrativas adotou trabalho remoto e na área de operação e manutenção (O&M) das Usinas, tomou medidas para a redução máxima da circulação de pessoas pelas instalações, através da implantação do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas, garantindo assim a segurança de seus colaboradores, a regularidade da operação e o atendimento às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade relevantes observadas.

Principalmente pela atividade do Grupo ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração da atividade econômicas no mercado Nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo; já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandaram grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura, inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela Resolução Normativa nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

São esperados outros desdobramentos dos efeitos da pandemia no Setor que ultrapassam a esfera das concessionárias de distribuição, mas não completamente conhecidos no momento. Dessa forma, a Aneel emitiu o Ofício Circular nº 006/2020, no sentido de uniformizar a análise dos pleitos

relacionados a excludente de responsabilidade nos casos de atraso no cronograma de implantação dos empreendimentos de geração.

Caso a medida provisória venha a expirar sem a aprovação do Senado, caberá ao Congresso editar um decreto legislativo regulamentando os efeitos que foram produzidos enquanto a MP esteve válida.

Com a conversão da MP em lei, 30% dos recursos que inicialmente o Grupo teria disponível para investimentos em P&D (30% dos 0,4% sobre a receita operacional líquida) será direcionado no período que compreende os anos de 2021 a 2025 para financiamento da “Conta-Covid”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2021.

2.1. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído (“deemed cost”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

O Grupo considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo.

2.3. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7)
- ii. Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 12)
- iii. Valor do ativo relacionado à prorrogação dos prazos dos contratos de concessão decorrente do acordo relacionado ao GSF (nota explicativa nº 13)
- iv. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 17)
- v. Variação da curva de preço da Trading (nota explicativa nº 20)

2.5. Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável da companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio.

Em 2020, o Grupo ingressou e iniciou operações de trading de energia elétrica, embora não no sentido de ser um segmento em separado.

2.6. Base de Consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2020 está descrita na nota explicativa nº 9.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 15.1.2).

3.3. Impairment

O Grupo testa a recuperação de seus ativos quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Os detalhes das análises de *impairment* do Grupo estão evidenciados na nota explicativa nº 12.5.

3.3.2. Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros. O Grupo aplica julgamento para estabelecer premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Assim, o Grupo avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados do Grupo, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2020 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Grupo. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE.

4.1.3. Risco de liquidez

O Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O Grupo faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas, incluindo a liminar que trata do fator de ajuste de energia (GSF).

O risco de liquidez do Grupo é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro para liquidar suas obrigações nas datas previstas. Um evento que impactará a liquidez é o pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF), como descrito na nota

explicativa 1.3. Para isso, o Grupo continua mantendo em sua posição de caixa reserva que considera suficiente para fazer frente a valores que previstos e efetuando captações que se façam necessárias e de acordo com as condições de mercado.

O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) do Grupo e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e consolidado				Total
			De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	147.630	144.801	140.917	433.348
5ª	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	-	121.371	-	-	121.371
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	6.521	121.680	124.718	-	252.919
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	1.577	1.641	83.671	82.098	168.987
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	9.683	-	10.043	220.809	240.535
			17.781	392.322	363.233	443.824	1.217.160

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa nº 16.4 e 16.5).

4.3. Risco de regulação

As atividades das Controladas, Rio Paranapanema Energia e CTG Trading, e a Controlada indireta Sapucaí-Mirim, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade das suas Controladas operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional das Controladas e afetar negativamente o resultado do Grupo.

As Controladas utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise da sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de

mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual o Grupo está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2020 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil).

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro do Grupo, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Controladora	
			2020	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	DI	1,98%	14.691	291

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Consolidado	
			2020	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1,98%	1.151.127	22.829
Aplicações financeiras vinculadas	DI	1,98%	807	16
			1.151.934	22.845
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	3,99%	(380.681)	(39.235)
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	3,99%	(116.899)	(13.191)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	3,99%	(231.503)	(23.451)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	1,98%	(160.385)	(3.395)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	3,99%	(185.333)	(18.003)
			(1.074.801)	(97.275)
Total da exposição líquida			77.133	(74.430)

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Debêntures	16	-	-	1.074.801	1.372.546
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.2	(14.719)	(120.705)	(1.151.271)	(1.250.173)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.3	-	-	(807)	(597)
Dívida líquida		(14.719)	(120.705)	(77.277)	121.776
Patrimônio líquido		2.180.702	1.649.575	2.253.541	1.708.457
Total do capital		2.165.983	1.528.870	2.176.264	1.830.233
Índice de alavancagem financeira - (%)*		- 0,7	- 7,9	- 3,6	6,7

* Dívida líquida / Total do capital

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 26).

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixas e bancos	28	28	144	120
Aplicações financeiras	14.691	120.677	1.151.127	1.250.053
Certificado de depósito bancário (CDB)	14.691	120.677	1.151.127	1.249.475
Fundo de renda fixa	-	-	-	578
	14.719	120.705	1.151.271	1.250.173

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas, destinadas para gastos ambientais, possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI).

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597
Aplicações	746
Rendimentos	4
Resgates	(524)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	807

5.4. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
A-1	-	-	-	94.889	-
A-2	-	-	2	-	2
B	BR-1	14.719	120.703	1.057.182	1.250.752
B	-	-	-	7	16
		14.719	120.705	1.152.078	1.250.770

6. CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O Grupo não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

	Consolidado		
	À vencer	2020	2019
	Até 90 dias		
Contratos ACL	150.238	150.238	108.902
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	710.431	710.431	39.494
	860.669	860.669	148.396

O saldo em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento em decorrência de um ajuste na contabilização dos efeitos da liminar do GSF nas Demonstrações Financeiras. Quando do início da liminar em 2015 e em função de ausência de relatórios suficientemente completos ao final de cada exercício, o Grupo adotou um critério contábil de registro dos efeitos da liminar pelo resultado líquido nas contas de balanço, isto é, considerava o passivo de liminar abatido dos valores de inadimplência no ambiente CCEE causados pela judicialização no setor. Com a proximidade da solução da questão em torno do GSF (vide notas explicativas nº 1.3 e 13), a CCEE disponibilizou relatórios e informações adicionais que permitiram uma mensuração razoavelmente segura de cada um desses efeitos e, por consequência, o Grupo foi capaz de efetuar o ajuste desses elementos em suas contas individuais no balanço.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração do Grupo não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pelo Grupo referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2020, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para o Grupo.

Embora tenham sido solicitadas postergações de vencimentos por alguns poucos clientes, até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de crédito dos clientes

As transações relevantes para os negócios do Grupo e suas controladas em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas no Grupo em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito do Grupo de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

O *rating* interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de *rating* acima mencionado, todos os contratos bilaterais do Grupo possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no *rating* interno e realiza a diversificação da carteira de clientes do Grupo com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, segundo o *rating* interno, o Grupo possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	Consolidado			
	2020		2019	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	0,4	621	-	-
2 - Bom	37,6	56.427	52,8	57.508
3 - Satisfatório	49,8	74.809	46,4	50.574
4 - Regular	11,2	16.853	0,8	820
5 - Crítico	1,0	1.528	-	-
	100,0	150.238	100,0	108.902

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes. a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos, Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos à diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pelo Grupo com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	Controladora		Consolidado			
	2020	2019	2020		2019	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	1.767	87	819	1.812	819
PIS e COFINS - Retenção Faturamento	-	-	-	-	-	-
Pagamento a maior PIS e Cofins	-	-	-	-	-	-
IRRF - Impostos a recuperar	52	755	2.794	-	10.437	-
INSS	-	-	-	1.427	-	1.407
Outros	-	-	-	-	-	-
	52	2.522	2.881	2.246	12.249	2.226
Passivo						
IRPJ e CSLL a pagar anual	477	-	131.526	-	69.359	-
PIS e COFINS a pagar mensal	4.725	6.083	11.561	-	11.276	-
ICMS	-	-	4.968	-	1.902	-
ISS	-	-	155	-	122	-
Outros	6	-	317	-	485	-
	5.208	6.083	148.527	-	83.144	-

7.2. Tributos diferidos

	Consolidado					
	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Contingências	9.699	3.492	13.191	10.073	3.626	13.699
Provisões	3.594	1.294	4.888	2.965	1.068	4.033
Liminar GSF	425.984	153.354	579.338	318.228	114.563	432.791
Benefício fiscal	9.753	3.511	13.264	11.480	4.133	15.613
Receita diferida	1.623	584	2.207	4.717	1.698	6.415
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	11.137	4.009	15.146	-	-	-
Arrendamento mercantil	72	26	98	26	9	35
Ajuste atuarial plano de pensão	7.212	2.596	9.808	-	-	-
Valores recebidos a maior RTE	66	24	90	64	23	87
Total bruto	469.140	168.890	638.030	347.553	125.120	472.673
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	(210.131)	(75.648)	(285.779)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(148.112)	(53.320)	(201.432)	(172.327)	(62.038)	(234.365)
Ajuste atuarial plano de pensão	-	-	-	(2.992)	(1.077)	(4.069)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	(364.756)	(131.313)	(496.069)	(181.832)	(65.460)	(247.292)
Imposto diferido líquido	104.384	37.577	141.961	165.721	59.660	225.381

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 / IAS 16 – Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 o Grupo reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, o Grupo também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

As principais variações ocorridas em 2020 são decorrentes do registro da estimativa pela extensão no prazo de concessão pelo andamento das discussões GSF, conforme descrita na nota explicativa nº 1.3.

O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(548.492)	32.027	26.447	27.190	28.476	292.391	(141.961)

7.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Rio Paranapanema S.A., em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Ágio	Provisão	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 22.2)	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(266.380)	175.806	(90.574)	(259.473)	171.248	(88.225)
Saldos no final do período	39.026	(25.762)	13.264	45.933	(30.320)	15.613

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Amortização do ágio	(6.907)	(7.736)
Reversão da provisão	4.558	5.105
Benefício fiscal	2.349	2.631
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	Consolidado					
	2021	2022	2023	2024 - 2026	2027 em diante	Total
Realização estimada	2.097	1.872	1.671	4.013	3.611	13.264

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora
	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.541
Variações monetárias	42
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.583

	Consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	14.399	6.817	36.846	58.062
Variações monetárias	334	132	679	1.145
Adições	3.849	-	-	3.849
(-) Baixas	-	(114)	-	(114)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	18.582	6.835	37.525	62.942

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para causas judiciais com classificação de risco de perda prováveis (vide nota explicativa nº 17) e todos são atualizados monetariamente.

- i. **Ambientais** - Os depósitos judiciais efetuados pelo Grupo nas ações anulatórias, decorrentes de autuações com pagamento de multa, movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

ii. **Fiscais:**

- a. **IPTU (Município de Primeiro de Maio)** – Os depósitos judiciais realizados pelo Grupo, entre 2000 e 2010 decorrem da ação anulatória movida contra o Município de Primeiro de Maio, referente a débitos fiscais de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem parte do reservatório da Usina de Capivara. O valor depositado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.844.

- b. **Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL** – Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 9.803.

- c. **Ação Anulatória** – O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.849.

- iii. **Regulatórios - TUSD-g** - Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 para uma descrição do andamento das discussões referentes à TUSD-g.

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos que são controlados pelo Grupo consideram as regras previstas no CPC 15 (IFRS 3) – combinação de negócios e são reconhecidos pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	2019	Aporte de Capital	Dividendos	JSCP	Ajuste investimento	Plano de pensão	Baixa pagamento baseado em ações	Equivalência patrimonial	2020
Controladas										
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	7.688	22.500	-	-	-	-	-	13.068	43.256
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.491.916	-	(267.047)	(50.980)	(270)	(8.190)	(1.655)	675.130	1.838.904
		1.499.604	22.500	(267.047)	(50.980)	(270)	(8.190)	(1.655)	688.198	1.882.160

	Participação acionária	2018	Dividendos	JSCP	Plano de pensão	Equivalência patrimonial	2019
Controladas							
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	7.574	-	-	-	114	7.688
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.573.319	(235.792)	(65.409)	(17.205)	237.003	1.491.916
		1.580.893	(235.792)	(65.409)	(17.205)	237.117	1.499.604

10. DIVIDENDOS A RECEBER

	Controladora			
	Saldos em 2019	Dividendos a Receber	Dividendos recebidos	Saldos em 2020
Rio Paranapanema Energia S.A.	120.363	267.047	(120.363)	267.047
	120.363	267.047	(120.363)	267.047

11. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora			
	Saldos em 2019	JSCP a receber	JSCP recebidos	Saldos em 2020
Rio Paranapanema Energia S.A.	55.598	43.334	(55.598)	43.334
	55.598	43.334	(55.598)	43.334

12. IMOBILIZADO

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão / autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Rio Paranapanema	Rio Sapucaí Mirim
	Vida útil-econômica remanescente	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço		
Reservatório, barragens e adutora	11	41
Edificações, obras civis e benfeitorias	12	38
Máquinas e equipamentos	14	25
Veículos	4	5
Móveis e utensílios	8	8
Outros	2	-

A Administração do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização por parte das controladas Rio Paranapanema e Sapucaí Mirim e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, O Grupo avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

12.1. Composição

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	224.953	-	224.953	223.698	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.610.512	(1.781.503)	1.829.009	1.978.021	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	495.659	(264.922)	230.737	247.802	3,6%
Máquinas e equipamentos	1.142.212	(462.072)	680.140	689.884	3,9%
Veículos	9.930	(5.959)	3.971	2.412	10,4%
Móveis e utensílios	1.410	(1.083)	327	390	3,0%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	4.182	(1.269)	2.913	4.605	30,3%
	5.288.183	(2.516.808)	2.771.375	2.946.137	
Em curso					
Terrenos	17.140	-	17.140	11.895	
Reservatório, barragens e adutora	2.828	-	2.828	2.547	
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	-	691	1.205	
Máquinas e equipamentos	40.539	-	40.539	46.503	
Veículos	1.220	-	1.220	2.163	
Móveis e utensílios	-	-	-	7	
	62.418	-	62.418	64.320	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.105)	-	(159.105)	(202.588)	
	(159.105)	-	(159.105)	(202.588)	
	5.191.496	(2.516.808)	2.674.688	2.807.869	
(-) Obrigações especiais	(1.460)	749	(711)	(829)	
	5.190.036	(2.516.059)	2.673.977	2.807.040	

12.2. Movimentação

	Consolidado						
	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
Em serviço							
Terrenos	223.698	-	-	1.255	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	-	-	1.125	(150.137)	-	1.829.009
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	-	865	(17.930)	-	230.737
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(1.433)	36.062	(44.373)	-	680.140
Veículos	2.412	-	-	2.595	(1.036)	-	3.971
Móveis e utensílios	390	-	(19)	(2)	(42)	-	327
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	(875)	-	(1.269)	-	2.913
	2.946.137	452	(2.327)	41.900	(214.787)	-	2.771.375
Em curso							
Terrenos	11.895	87	-	(1.231)	-	6.389	17.140
Reservatório, barragens e adutora	2.547	283	-	(2)	-	-	2.828
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	351	-	(865)	-	-	691
Máquinas e equipamentos	46.503	31.572	-	(37.536)	-	-	40.539
Veículos	2.163	1.652	-	(2.595)	-	-	1.220
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-	-
	64.320	33.945	-	(42.236)	-	6.389	62.418
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	43.483	-	-	-	-	(159.105)
	(202.588)	43.483	-	-	-	-	(159.105)
	2.807.869	77.880	(2.327)	(336)	(214.787)	6.389	2.674.688
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	120	-	(711)
	2.807.040	77.861	(2.310)	(336)	(214.667)	6.389	2.673.977

	Consolidado					
	Valor líquido em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Terrenos	235.458	135	-	-	-	235.593
Reservatório, barragens e adutora	2.129.442	1.256	-	169	(150.299)	1.980.568
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.753	1.205	-	-	(17.951)	249.007
Máquinas e equipamentos	745.063	43.006	(6.294)	493	(45.881)	736.387
Veículos	3.716	2.167	(104)	(324)	(880)	4.575
Móveis e utensílios	361	373	(1)	(300)	(36)	397
Sistema de transmissão e conexão	-	-	-	-	(578)	(578)
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	-	5.183	-	-	-	5.183
	3.179.118	53.325	(6.399)	38	(215.625)	3.010.457
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	2.976.530	53.325	(6.399)	38	(215.625)	2.807.869
(-) Obrigações especiais	(955)	-	-	-	126	(829)
	2.975.575	53.325	(6.399)	38	(215.499)	2.807.040

12.3. Expansão 15%

O Grupo informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça e não houve evolução em 2020.

12.4. Custo atribuído no ativo imobilizado

O Grupo aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi de R\$ 97.636 e R\$ 97.267, respectivamente.

12.5. Análise de Impairment

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada indireta, Rio Sapucaí-Mirim efetuou a análise de *impairment* utilizando como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa para a controlada, Rio Sapucaí-Mirim, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração em outubro de 2020, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização.

Com receitas projetadas até o fim da autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, às projeções do GSF e de inflação baseadas em projeções macroeconômicas de mercado. Para os custos de capex, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia.

Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou a taxa de desconto (weighted average cost of capital - wacc) pré-tax de 8,82% apurando uma reversão parcial de R\$ 43.483, tendo como novo saldo de valor não recuperável de R\$ 159.105.

13. INTANGÍVEL

Os itens que compõem o ativo intangível do Grupo são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Controladora	Rio Paranapanema	Sapucaí Mirim
	Vida útil-econômica remanescente	Vida útil-econômica remanescente	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço			
Uso do bem público (UBP)	-	9	-
Software	1	2	4
Direito de autorização (seband)	12	-	-

13.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
	2020			2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Software	1.072	(876)	196	410	20,0%
Direito de autorização (seband)	17.195	(6.920)	10.275	11.131	5,0%
	18.267	(7.796)	10.471	11.541	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
	2020			2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	53.494	(36.843)	16.651	18.503	3,5%
Software	35.214	(31.391)	3.823	5.610	6,4%
Licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	-	235	5,5%
Servidão de passagem	265	-	265	265	0,0%
Direito de autorização (seband)	17.195	(6.920)	10.275	11.132	5,0%
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	-	849.245	-	0,0%
	959.648	(79.389)	880.259	35.745	
Em curso					
Software	4.844	-	4.844	120	
Servidão de passagem	22	-	22	44	
	4.866	-	4.866	164	
	964.514	(79.389)	885.125	35.909	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-	
	962.306	(77.181)	885.125	35.909	

13.2. Movimentação

	Controladora		
	Valor líquido em 2019	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço			
Software	410	(214)	196
Direito de autorização (seband)	11.131	(856)	10.275
	11.541	(1.070)	10.471

	Consolidado				
	Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.503	-	-	(1.852)	16.651
Software	5.610	-	483	(2.270)	3.823
Licença operacional (LO)	235	-	-	(235)	-
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
Direito de autorização (seband)	11.132	-	-	(857)	10.275
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	-	-	849.245	-	849.245
	35.745	-	849.728	(5.214)	880.259
Em curso					
Software	120	4.849	(125)	-	4.844
Servidão de passagem	44	-	(22)	-	22
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	-	849.245	(849.245)	-	-
	164	854.094	(849.392)	-	4.866
	35.909	854.094	336	(5.214)	885.125

Do valor total das adições de *software* ocorridas no exercício, o montante de R\$ 4.849 se refere a licença para implementação do novo ERP.

	Controladora		
	Valor líquido em 2018	Amortização	Valor líquido em 2019
Em serviço			
Software	625	(215)	410
Direito de autorização (seband)	11.987	(856)	11.131
	12.612	(1.071)	11.541

	Consolidado					
	Valor líquido em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	20.354	-	-	-	(1.851)	18.503
Software	8.338	135	(150)	(38)	(2.555)	5.730
Licença operacional (LO)	1.647	-	-	-	(1.412)	235
Servidão de passagem	309	-	-	-	-	309
Direito de autorização (seband)	11.987	-	-	-	(855)	11.132
	42.635	135	(150)	(38)	(6.673)	35.909

13.3. Itens que compõem o intangível

13.3.1 Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

13.3.2 Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que a controlada Rio Sapucaí Mirim possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo da Sociedade.

13.3.3 Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da controlada Rio Paranapanema Energia S.A, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

13.3.4 Direito de autorização (Seband)

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (“Seband”).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Sapucaí-Mirim, concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

13.3.5 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor-GSF*)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão:

- i. desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE,
- ii. renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE,
- iii. não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de

compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que foi reconhecido como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

14. FORNECEDORES

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

14.1. Composição

	Controladora	
	2020	2019
	Circulante	Circulante
Materiais e serviços contratados	29	9
	29	9

	Consolidado					
	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	2.036.256	-	2.036.256	1.023.881	-	1.023.881
Operações de trading	16.705	-	16.705	-	-	-
Materiais e serviços contratados	18.539	-	18.539	18.538	-	18.538
Encargos de uso da rede elétrica	14.469	25.005	39.474	13.817	23.535	37.352
Tust	12.514	-	12.514	11.942	-	11.942
Tusd-g	1.936	25.005	26.941	1.853	23.535	25.388
Encargos de conexão	19	-	19	22	-	22
	2.085.969	25.005	2.110.974	1.056.236	23.535	1.079.771

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 1.984.401 no Consolidado (R\$ 972.502 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), referente valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF no montante de R\$ 1.606.964 concedida à Apine e Garantia física no montante de R\$ 293.170, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 e 1.4.

14.2. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim são:

- i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);
- ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);
- iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 25.2)

A Rio Paranapanema atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Rio Paranapanema requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os contratos de uso do sistema de distribuição (Cusd) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

A Rio Paranapanema recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou totalmente procedentes os pedidos da Rio Paranapanema na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. O Grupo efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 100.335 (R\$ 97.642 em 31 de dezembro de 2019). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 25.005 (R\$ 23.535 em 31 de dezembro de 2019).

15. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

15.1. Composição

	Consolidado					
	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	8.282	-	8.282	4.718	-	4.718
P&D	16.596	9.399	25.995	5.404	15.216	20.620
TFSEE	560	-	560	562	-	562
	25.438	9.399	34.837	10.684	15.216	25.900

15.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

15.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel, a Rio Paranapanema tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

15.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

16. DEBÊNTURES

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

16.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado					
				2020					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343	247.018
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358	113.358
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	697	697	160.000	(312)	159.688
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.563	7.563	160.000	17.770	177.770
				263.341	113.626	376.967	586.675	111.159	697.834

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado					
				2019					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	-	9.847	9.847	250.000	104.530	354.530
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	27.295	107.287	80.016	36.405	116.421
7ª	1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	220.000	4.259	224.259	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	4.425	4.425	200.000	16.745	216.745
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	2.246	2.246	160.000	(562)	159.438
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.311	7.311	160.000	10.037	170.037
				299.992	55.383	355.375	850.016	167.155	1.017.171

16.2. Vencimento

Consolidado					
Vencimento a longo prazo	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	316.407	203.300	88.997	89.130	697.834

16.3. Movimentação

	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão		8ª Emissão		Total
	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.377	223.708	224.259	221.170	161.684	177.348	1.372.546
Amortização de custos de transação	78	286	416	374	250	177	1.581
Apropriação de juros	22.105	10.784	5.072	12.959	4.711	9.787	65.418
Apropriação de variação monetária	15.958	6.101	-	9.848	-	7.555	39.462
Pagamento de debêntures	-	(79.992)	(220.000)	-	-	-	(299.992)
Pagamento de juros	(21.837)	(15.297)	(9.747)	(12.848)	(6.260)	(9.534)	(75.523)
Pagamento de variação monetária	-	(28.691)	-	-	-	-	(28.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	380.681	116.899	-	231.503	160.385	185.333	1.074.801

As principais variações dos saldos de Debêntures foram resultantes das quitações da 7ª emissão (série1) última parcela do principal e juros, de pagamentos da 5ª emissão (série 2) de principal e pagamentos de juros ao longo do exercício.

16.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sétima e Oitava emissões da Rio Parapanema são:

- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 7ª e 8ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Companhia pelo somatório da dívida total e Capital Social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Controlada atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2020	2019
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	4,15	5,24
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	(0,02)	0,36
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,56	0,62

16.5. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e oitava emissões, os quais vem sendo atendidas pela Controlada, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures;
- ii. 4ª/5ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela *Moody's* ou *Standard & Poor's* ou na falta destas, a *Fitch*, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- iii. 7ª/8ª debêntures - Transferência de controle acionário direto da Companhia, desde que, após tal transferência, a *Moody's* ou a *Standard & Poor's*, ou na falta destas, a *Fitch*, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na data de emissão;
- iv. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a,b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª e 8ª emissão somente os itens a e b;
- v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores>.

17. PROVISÕES PARA RISCOS

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação

em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

17.1. Provisões para riscos

17.1.1. Composição

	Consolidado			
	2020			2019
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	10.262	(3.647)	6.615	12.726
Fiscais	19.756	(966)	18.790	18.182
Cíveis	8.357	(242)	8.115	1.771
Desapropriações de terras	6.389	-	6.389	-
Indenizações de benfeitorias	1.968	(242)	1.726	1.771
Ambientais	9.748	(91)	9.657	5.991
	48.123	(4.946)	43.177	38.670

17.1.2. Movimentação

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Total
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	-	1.771	5.991	38.670
Provisões para riscos						
Provisões / reversões	(1.455)	402	-	-	3.368	2.315
Provisões(*)	-	-	6.272	-	-	6.272
Variações monetárias	1.183	261	-	87	163	1.694
Variações monetárias (*)	-	-	117	-	-	117
Acordos / pagamentos	(5.798)	-	-	(176)	-	(5.974)
	(6.070)	663	6.389	(89)	3.531	4.424
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(197)	(55)	-	8	-	(244)
(Adições)	(1.653)	-	-	-	-	(1.653)
Baixas	1.809	-	-	36	135	1.980
	(41)	(55)	-	44	135	83
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726	9.657	43.177

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.712	17.570	89	5.994	42.365
Provisões para riscos					
Provisões / reversões	2.513	-	1.605	(227)	3.891
Variações monetárias	1.272	670	149	234	2.325
Acordos / pagamentos	(9.629)	-	-	-	(9.629)
	(5.844)	670	1.754	7	(3.413)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(87)	(58)	(38)	-	(183)
(Adições)	(1.357)	-	(34)	(10)	(1.401)
Baixas	1.302	-	-	-	1.302
	(142)	(58)	(72)	(10)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	1.771	5.991	38.670

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes:

As ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, pagamento de verbas rescisórias entre outras.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavoráveis no exercício, bem como em função de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que modificou o critério para atualização de débitos trabalhistas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais. Também, foi realizada Campanha de Acordos em 2020, que encerrou uma série de processos através de composição judicial, o que acarretou a redução das provisões.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. sendo que os principais riscos são:

- i. Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-96 decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Em primeira instância, o processo foi julgado favorável aos recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000, atualizado para 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.037 (R\$3.017 em 31 de dezembro de 2019);
- ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2020 R\$ 13.450 (R\$ 13.264 em 31 de dezembro de 2019);
- iii. Ação Anulatória ajuizada pela companhia visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.849, sendo que o valor provável de R\$ 401.

c) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a principal provisão relativa ao risco cível com expectativa de perda provável é relativo a Controlada Sapucaí Mirim Energia Ltda.

A variação observada na Ação de Desapropriação ajuizada em face de Millernad Badran em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada determinando que a indenização a ser paga fosse calculada tomando por base os valores referentes a terra rural. Em sede de recurso o Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu a decisão e considerou que o cálculo deve ser elaborado considerando a propriedade como imóvel urbano. Atualmente o valor envolvido com risco de perda provável é de R\$ 6.389.

d) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020, a principal provisão relativa ao risco ambiental com expectativa de perda provável é relativo a Controlada Paranapanema Energia S.A.

- i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Controlada em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2020, de R\$ 6.959 (R\$ 3.533 em 31 de dezembro de 2019);
- ii. Tratam-se de Ações Anulatórias ajuizadas para declarar nulo os autos de infração nº 246.946-D e nº 246.947-D lavrado pelo IBAMA em face da UHE Canoas I e II, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 1.810 (R\$ 1.783 em 31 de dezembro de 2019);
- iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 979 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2019).

17.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	-	-	4.496	5.267
Fiscais	9.258	9.251	213.756	144.284
Ambientais	-	-	36.514	32.661
Regulatórias	-	-	136.950	123.029
Cíveis	-	-	27.394	2.791
	9.258	9.251	419.111	308.032

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 4.496 (R\$ 5.267 em 31 de dezembro de 2019).

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de encerramento de ações com campanha de acordo.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, as principais contingências fiscais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. e na Controladora com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança nº 0025355-84.2004.4.03.6100, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 9.828 (R\$ 9.669 em 31 de dezembro de 2019);
- ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 57.221 (R\$ 67.444 em 31 de dezembro de 2019). A redução do valor decorre do encerramento de processos administrativos que ao final foram favoráveis à Companhia determinando a compensação e/ou restituição.;
- iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL referente aos anos calendário de 2008 e 2009 respectivamente. Em ambos os casos foi apresentado Recurso Voluntário que está pendente de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 57.817 (R\$ 48.114 em 31 de dezembro de 2019).
- iv. Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela Apine representando seus associados em face do Estado do Paraná, que visa declarar a ilegalidade da Lei Estadual que instituiu uma taxa pela utilização dos recursos hídricos TCFRH (Taxas de Controle e Fiscalização do Aproveitamento de Recursos Hídricos e Minerais). A decisão de primeira instância foi favorável à Apine e os valores atualizados para 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 77.000.

O montante de R\$ 11.890 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 19.057 em 31 de dezembro de 2019).

c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências ambientais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas.

O valor atualizado para 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 36.514 (R\$ 32.504 em 31 de dezembro de 2019).

d) Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências regulatórias na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 136.950, sendo que as principais contingências são referentes a:

- i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autuou a Rio Paranapanema por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema no Mandado de Segurança impetrado,

mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 37.525 (R\$36.846 em 31 de dezembro de 2019);

- ii. Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 55.501 (R\$ 44.211 em 31 de dezembro de 2019);

Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 17.828 (R\$ 17.100 em 31 de dezembro de 2019);

e) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a principal contingência cível na Controlada Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda. com expectativa de perda possível, refere-se a uma Ação de Desapropriação em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Palmeiras. A decisão de primeira instância foi favorável à Sociedade considerando a perícia realizada. O processo atualmente aguarda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo diante do recurso apresentado pelo réu Millenard Badran. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R\$ 24.213.

18. DIVIDENDOS A PAGAR

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas do Grupo com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedem o mínimo obrigatório que permanece no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprove.

	Controladora			
	Saldos em 2019	Dividendos propostos	Dividendos pagos	Saldos em 2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	34.370	85.893	(97.333)	22.930
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	122.328	42.945	(153.812)	11.461
	156.698	128.838	(251.145)	34.391

	Consolidado				
	Saldos em 2019	Dividendos propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldos em 2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	34.370	85.893	(97.333)	-	22.930
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	122.328	42.945	(153.812)	-	11.461
Acionistas minoritários	6.215	10.577	(4.765)	(208)	11.819
	162.913	139.415	(255.910)	(208)	46.210

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo. 287 da Lei 6.404/76

19. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas do Grupo com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

	Consolidado			
	Saldos em 2019	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldos em 2020
Rio Paranapanema Energia S.A.	2.331	1.716	(2.093)	1.954
	2.331	1.716	(2.093)	1.954

20. OPERAÇÕES DE TRADING

As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço (vide nota explicativa nº 24.1.4).

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, em dezembro de 2020, foi de 7,96 % a.a.

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de trading em aberto estão abaixo apresentados.

	2020		
	Ativo	Passivo	Resultado líquido
Circulante	26.931	25.698	1.233
Não circulante	7.156	6.780	376
	34.087	32.478	1.609

A mutação dos saldos referente às transações de trading em aberto é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Ganho reconhecido no exercício	34.087
Perda reconhecido no exercício	(32.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.609

20.1. Análise de sensibilidade sobre as operações de trading

Preparamos a análise de sensibilidade, aplicando percentuais nas curvas de mercado de dezembro de 2020. Os resultados obtidos foram:

	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Resultados não realizados em operações de trading	2.681	5.362	1.609	(2.681)	(5.362)

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de *trading* em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

21.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 03 de julho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 5.165 para 2020, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 749 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 3.303 para a Diretoria e (c) R\$ 1.112 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo para administradores	3.908	2.209
Benefícios pós-emprego	145	68
Conselho fiscal	1.112	1.109
	5.165	3.386

21.2. Composição

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua controlada Rio Paranapanema Energia S.A.

A partir de 16 de janeiro de 2018, de acordo com o Despacho Aneel n.º 91, a controlada Rio Paranapanema Energia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017 e segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016. Os efeitos desse contrato de compartilhamento de despesas ocorrerão a partir de fevereiro de 2019.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756, de 28 de novembro de 2018,

que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Passivo	Passivo	Passivo	Passivo
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	-	475	1.462	1.360
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	36	34	548	524
	36	509	2.010	1.884

21.3. Resultado

	Controladora					
	2020			2019		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(441)	(441)	-	(423)	(423)
Rio Paranapanema Energia S.A.	(4.515)	-	(4.515)	(3.049)	-	(3.049)
	(4.515)	(441)	(4.956)	(3.049)	(423)	(3.472)

	Consolidado					
	2020			2019		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(16.386)	-	(16.386)	(13.656)	-	(13.656)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(6.671)	(6.671)	-	(6.395)	(6.395)
	(16.386)	(6.671)	(23.057)	(13.656)	(6.395)	(20.051)

21.4. Garantias em operações comerciais

Na medida em que clientes das Controladas (Rio Paranapanema Energia) necessitam de garantias em operações comerciais, o Grupo fornece tais garantias, com cobrança de honorários cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 121.549 (R\$ 56.877 em 31 de dezembro de 2019).

22. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

22.1. Benefícios a empregados

22.1.1. Obrigações de aposentadoria

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de

vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Controlada Rio Paranapanema Energia S.A

22.2. Contribuição definida

No plano de contribuição definida, a Controlada Rio Paranapanema faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício.

A Rio Paranapanema não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 115 (R\$ 219 em 31 de dezembro de 2019).

22.3. Benefício definido

A Rio Paranapanema patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP Rio Paranapanema é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Rio Paranapanema. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo Regulamento do Plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo Regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Rio Paranapanema designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Fundação CESP (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

22.3.1. Conciliação dos ativos / (passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigação de benefício definido	(415.243)	(374.896)
Valor justo do ativo do plano	371.152	356.431
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(44.091)	(18.465)

Durante o exercício de 2020, a Rio Paranapanema Energia contabilizou em seu passivo de longo prazo o valor de R\$ 44.091 (R\$ 18.465 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

O aumento significativo do passivo se deu, sobretudo, em decorrência do reajuste do benefício dos aposentados, reconhecido como efeito da Experiência do Plano, realizado pelo IGP-DI, que foi superior à 24%, enquanto a rentabilidade dos ativos foi de apenas 11%. O referido impacto foi minimizado pelo aumento da taxa de desconto.

22.3.2. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Consolidado	
	2020	2019
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(18.465)	-
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.182)	(1.841)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	947	931
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	(22.391)	(50.700)
Alteração do limite máximo de reconhecimento de passivo oneroso no final do ano	-	33.145
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(44.091)	(18.465)

22.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	374.896	290.567
Custo do serviço corrente	3.781	2.787
Custo do serviço	2.944	1.941
Contribuição de participante	837	846
Custo dos juros	25.886	27.565
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(16.948)	(15.645)
Redimensionamento da obrigação	27.628	69.622
Obrigação de benefício definido no final do ano	415.243	374.896

22.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Consolidado	
	2020	2019
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	356.431	320.762
Rendimento real dos ativos	29.885	49.537
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	24.648	30.615
Rendimento do valor justo do ativo do plano	5.237	18.922
Contribuições no exercício	1.784	1.777
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(16.948)	(15.645)
Valor justo dos ativos no final do exercício	371.152	356.431

22.3.5. Evolução do limite do ativo

	Consolidado
	2019
Limite máximo de reconhecimento de ativo no final do ano anterior	30.195
Juros sobre o limite do ativo	2.950
Redimensionamento	(33.145)
Total	-

22.3.6. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	Consolidado	
	2020	2019
Custo do serviço corrente	2.944	1.941
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	25.886	27.565
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(24.648)	(30.615)
Juros sobre o passivo oneroso	-	2.950
Total	4.182	1.841

22.3.7. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	(37.703)	71.004
Efeito da alteração de premissas demográficas	-	243
Efeito da experiência do plano	65.299	(1.595)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(5.237)	(18.922)
Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso no final do ano	-	(33.145)
Saldo no final do exercício	22.359	17.585

22.3.8. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

22.3.8.1. Hipóteses econômicas

	Consolidado	
	2020	2019
Taxa nominal de desconto (*)	7,19% ao ano	7,08% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,19% ao ano	7,08% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	5,58% ao ano	6,19% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	3,00% ao ano	3,60% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,00% ao ano	3,60% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%

(*) Utilização de taxas nominais

22.3.8.2. Hipóteses demográficas

	Consolidado	
	2020	2019
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 Masculina	AT - 1949 Masculina
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Idade de aposentadoria	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Projeção de crescimento da unidade de referência	0,84% a.a.	0,92% a.a.
Rotatividade	Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%

22.3.9. Dados dos participantes

	Consolidado	
	2020	2019
Numero de Participantes		
Ativos	210	190
Aposentados	187	183
Inválidos	14	15
Pensionistas	22	20

22.3.10. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 415.243, a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1%, tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto	
	(+1,00%)	(-1,00%)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(45.841)	56.160
Total da Obrigação de Benefício Definido	369.402	471.403
Duration da obrigação (em anos)	12,68	11,70

22.3.11. Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2020

Custo do serviço corrente	2.991
Custo dos juros	29.008
Rendimento esperado dos ativos do plano	(25.906)
Custo da obrigação de benefício definido	6.093

22.3.12. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Controlada Rio Paranapanema Energia S.A para o exercício de 2020 é de R\$ 939 (R\$ 964 em 31 de dezembro de 2019).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	23.601
Entre 2 e 5 anos	102.456
Entre 5 e 10 anos	152.743

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável, observadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

23.1. Capital social

O capital social da Rio Paranapanema Participações é de R\$ 798.355 dividido em 798.355 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (R\$ 798.355 em 31 de dezembro de 2019).

Posição acionária em 2020 e 2019		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	532.263.127	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	266.091.646	33,33
	798.354.773	100,00

23.2. Reservas de capital

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Deságio na subscrição de ação	(6.626)	(6.626)
Pagamento baseado em ação	-	7.714
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Rio Sapucaí Mirim Energia	(9.841)	(9.841)
	(16.467)	(8.753)

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

24.1. Reconhecimento da receita

24.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Sociedade, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

24.1.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

24.1.3. Receita diferida

O grupo possui contratos de curto e longo prazo de venda de energia contendo, cláusula de atualização monetária por índices de preços, além de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, e considerada a diferença da parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

A atual provisão, para as sua controlada direta, Rio Paranapanema Energia e sua Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda será realizada até 2025 e 2021, respectivamente.

Os valores de diferimento a apropriar em resultados futuros estão registrados no passivo e o saldo em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 6.715 no consolidado (31 de dezembro de 2019 R\$ 19.125).

24.1.4. Operação de *trading*

As operações de *trading* de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Sociedade reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

	Consolidado	
	2020	2019
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	1.514.538	1.448.631
Comercialização de energia	21.961	-
Ganhos não realizados em operações de trading	34.087	-
Mercado de curto prazo (MCP)	113.527	91.981
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	11.100	13.565
	1.695.213	1.554.177
Outras receitas		
Outras receitas	400	290
	400	290
Total receita operacional bruta	1.695.613	1.554.467
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(140.207)	(137.576)
ICMS	(36.542)	(21.370)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(13.674)	(13.041)
	(190.423)	(171.987)
Receita operacional líquida	1.505.190	1.382.480

25. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

25.1. Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	2020	2019
	R\$	R\$
Contratos bilaterais	316.532	290.400
Comercialização de energia	23.126	-
Mercado de curto prazo (MCP)	12.323	24.921
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	39.539	17.539
	391.520	332.860

O aumento no custo com energia elétrica comprada para revenda é reflexo da estratégia de proteção para os efeitos do GSF, segundo as projeções para o ano de 2020. Com uma efetivação do GSF maior que a projetada, esses volumes puderam ser liquidados no MCP.

25.2. Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	2020	2019
Tust	122.194	116.902
Tusd	19.494	14.914
Encargos de conexão	166	191
	141.854	132.007

As tarifas devidas pelo Grupo e estabelecidas pela Aneel são: Tust, Tusd-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 15).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A Tusd-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Rio Paranapanema que pagam Tusd-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., antiga Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este pagamento.

Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

26. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Aplicações financeiras	3.887	7.573	37.027	73.673
Variações monetárias	42	84	134.521	5.078
Depósitos judiciais	42	84	2.708	5.027
Indenização socioambiental	-	-	5	1
Atualização monetária referente a liminar GSF	-	-	131.808	50
Outras receitas financeiras	39	310	1.035	3.444
	3.968	7.967	172.583	82.195
Despesas				
Juros sobre debêntures	-	-	(65.418)	(88.045)
Variações monetárias	-	-	(482.883)	(108.849)
Atualização monetária referente a liminar GSF	-	-	(435.958)	(63.439)
Indenização socioambiental	-	-	(2.741)	(808)
Provisões para riscos	-	-	(1.694)	(2.325)
Tusd-g	-	-	(2.693)	(5.492)
Debêntures	-	-	(39.462)	(35.906)
Outras	-	-	(335)	(879)
PIS e COFINS	(4.900)	(6.421)	(6.545)	(9.626)
Despesas plano de pensão	-	-	(4.182)	(1.841)
Outras despesas financeiras	(2)	(3)	(2.686)	(2.715)
	(4.902)	(6.424)	(561.714)	(211.076)
	(934)	1.543	(389.131)	(128.881)

O resultado financeiro teve uma redução significativa, em comparação ao ano anterior, principalmente em razão da atualização monetária referente a liminar GSF, que é indexada pelo IGP-M.

27. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2020			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	680.313			231.720		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(170.078)	(61.228)	(231.306)	(57.930)	(20.855)	(78.785)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	(12.745)	(4.588)	(17.333)	(16.352)	(5.887)	(22.239)
Resultado equivalência patrimonial	172.049	61.938	233.987	59.279	21.341	80.620
Despesas indedutíveis	-	-	-	(414)	(149)	(563)
Prejuízo fiscal	3.232	1.164	4.396	4.625	1.665	6.290
Outros	24	(1)	23	24	-	24
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(7.518)	(2.715)	(10.233)	(10.768)	(3.885)	(14.653)
IRPJ e CSLL correntes	7.518	2.715	10.233	10.768	3.885	14.653
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	7.518	2.715	10.233	10.768	3.885	14.653
Alíquota efetiva	1,1%	0,4%	1,5%	4,6%	1,7%	6,3%

	Consolidado					
	2020			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	994.989			328.200		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(248.747)	(89.549)	(338.296)	(82.050)	(29.538)	(111.588)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	505	(4.588)	(4.083)	648	233	881
Resultado equivalência patrimonial	12.385	(73)	12.312	(424)	(153)	(577)
Despesas indedutíveis	(1.192)	-	(1.192)	(1.911)	(666)	(2.577)
Incentivos fiscais	804	-	804	767	-	767
Amortização agio da Duke sudeste	18	4.459	4.477	-	-	-
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(430)	1.830	2.260	(73)	2.187
Prejuízo fiscal	3.232	5.934	9.166	4.633	1.668	6.301
Recuperação de IRPJ e CSLL	-	-	-	22	-	22
Outros	45	(1)	44	73	6	79
PECLD	-	5	5	(49)	(18)	(67)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(575)	(331)	(906)	(1.147)	(515)	(1.662)
Doações Incentivadas	3.500	-	3.500	3.700	-	3.700
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(227.765)	(84.574)	(312.339)	(73.478)	(29.056)	(102.534)
IRPJ e CSLL correntes	145.902	55.103	201.005	109.668	42.084	151.752
IRPJ e CSLL diferidos	81.863	29.471	111.334	(36.190)	(13.028)	(49.218)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	227.765	84.574	312.339	73.478	29.056	102.534
Ajustes correntes - períodos anteriores	(127)	-	(127)	-	-	-
Ajustes diferidos - períodos anteriores	(10.321)	(3.715)	(14.036)	(793)	5	(788)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	217.317	80.859	298.176	72.685	29.061	101.746
Alíquota efetiva	22,9%	8,5%	31,4%	22,4%	8,9%	31,2%

Foram excluídos da apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Rio Paranapanema, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 33 – Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 – Ativo Imobilizado.

28. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	670.080	217.067
	670.080	217.067
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	798.355	798.355
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,83933	0,27189

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

29.1.1. Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes

são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

29.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

29.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

29.2. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Rio Paranapanema, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o

somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem o Grupo a cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

29.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

29.3.1. Considerações gerais

A Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2020		2019	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	144	144	120	120
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	1.151.127	1.151.127	1.250.053	1.250.053
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	Nível 1	807	807	597	597
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	860.669	860.669	148.396	148.396
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	62.942	62.942	58.062	58.062
Operações de trading	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	34.087	34.087	-	-
			2.109.776	2.109.776	1.457.228	1.457.228
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	2.110.974	2.110.974	1.079.771	1.079.771
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	34.837	34.837	25.900	25.900
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	2.010	2.010	1.884	1.884
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.074.801	1.087.589	1.372.546	1.327.763
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	1.954	1.954	2.331	2.331
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	46.210	46.210	162.913	162.913
Operações de trading	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	32.478	32.478	-	-
			3.270.786	3.283.574	2.645.345	2.600.562

30. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2020	2019
Dividendos propostos e JSCP	141.434	311.308
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	92.600	97.267
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(31.694)	(33.071)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	2.061	558
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	25.670	17.763
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(14.968)	-

32. COMPROMISSOS

32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Rio Paranapanema e a Sapucaí-Mirim possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. 9ª Emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2021 o Grupo captou R\$ 500 milhões por meio da 9ª. Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, forma de debêntures, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, sem garantia adicional.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da nona emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras da sétima e oitava emissão do Grupo.

Os recursos líquidos obtidos pelo Grupo com a emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento dos seguintes pagamentos:

- (i) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da quarta emissão da Controlada Paranapanema Energia.
- (ii) principal da terceira parcela de amortização das debêntures da quinta emissão da Controlada Paranapanema Energia.
- (iii) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 2ª série da sétima emissão da Controlada Paranapanema Energia.
- (iv) reforço de capital de giro da Controlada Paranapanema Energia.

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Principal
9a.	1	DI + 1,40%	26/01/2024	180.000
9a.	2	DI + 1,65%	26/01/2026	320.000
				500.000

33.2. Liquidação junto a CCEE do acordo GSF

Como efeito da promulgação da lei nº 14.052 devidamente regulamentada pela resolução 895/2020, coube ao Conselho de Administração do Grupo aprovar pelo seguimento com o acordo do GSF. Em razão disso, o Grupo realizou pagamento parcial, no dia de 08 de fevereiro, referente ao saldo constituído em seus livros nos montantes de R\$ 1.677.262. O saldo remanescente, foi liquidado em 09 de março de 2021.

33.3. Divulgação resultado CCEE do acordo GSF

De acordo com a lei nº 14.052, devidamente regulamentada pela resolução Aneel 895/2020 (vide mais detalhes nas notas explicativas nº 1.3 e 13), em 02 de março de 2021 a CCEE divulgou a apuração efetiva dos valores a serem ressarcidos às usinas sob administração do Grupo, em função do acordo referente a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Esses valores seguem agora para validação pela Aneel que tem 30 dias para homologação dos cálculos, portanto sujeitos ainda a alguma alteração.

Tendo como base os cálculos disponibilizados pela CCEE, as controladas Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim, reconhecerão um complemento de R\$ 10.430 em seu Ativo Intangível tendo como contrapartida a conta de Recuperação de Custos no resultado, ao valor já registrado de acordo com aprovação do Conselho de Administração em 30 de dezembro, com base na melhor estimativa à época.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Membro Efetivo

Monica Luling
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Autair Carrer
Membro Efetivo

José Renato Domingues
Membro Efetivo

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Lucas Morato Teixeira
Contador - MG-080486/O-7